

## OS QUARENTA ANOS DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE\*

*Pelo Tenente-Coronel Pedro dos Reis Brito*

*“Deve-se ter memória, ter ideia da memória colectiva, não para cultivar a memória pela memória, mas para se poder conhecer o percurso feito, pois só conhecendo as realizações passadas, é que se vê que quem fez esse pode fazer mais, pode ganhar os desafios<sup>1</sup>.”*

Pedro Pires

Celebrar os quarenta anos de existência das Forças Armadas é, de facto, revisitar marcos históricos da Nação Cabo-Verdiana, alguns perdidos no tempo ou nos recônditos da memória, outros mais presentes. Para além da comemoração ser um dever da instituição é, simultaneamente, um tempo de festa - pelas realizações e êxitos conseguidos - e de análise e reflexão com vista a corrigir os erros, projectar melhor o futuro e agir com maior coerência no presente. Também é um tempo de recordação, pois, já se disse e se repetiu que quem não conhece ou renega o seu passado corre o risco de repetir as falhas e erros e não terá o devido suporte para caminhar com convicção no presente e nem, provavelmente, para equacionar com parâmetros fiáveis os desafios do futuro.

Trinta e um anos depois da conquista da sua independência, Cabo Verde – este país ilhéu e saheliano do Atlântico médio – deixa o grupo dos PMA (Países Menos Avançados) e ascende à condição de país de desenvolvimento médio. Mérito é, facto, do povo cabo-verdiano, mérito dos sucessivos governos e mérito das instituições, pequenas e grandes, que enformam o estado e a sociedade. O nível de desenvolvimento atingido nestas dez ilhas é fruto de trabalho árduo e de muitos sacrifícios, porém enche a todos de orgulho.

É com clara consciência dos riscos e dos desafios que, assim como ontem na luta pela independência e pela reconstrução do país, o governo e a sociedade se preparam para esta nova etapa, cientes de que quanto maior o desafio mais aliciente.

Nesses anos de construção sobressai uma instituição que orgulha os cabo-verdianos e que acaba de completar 40 anos: as Forças Armadas de Cabo Verde. A história das Forças Armadas, assim como a formação da Nação, precede a independência e confunde-se nas trilhas da luta emancipadora com o doloroso, sacrificante e honroso caminhar para a nova aurora.

O Núcleo Fundador das Forças Armadas de Cabo Verde, por circunstâncias e vicissitudes diversas – diria, quase, por imponderáveis do tempo histórico – é constituído em meados dos anos sessenta e lá do outro lado do oceano. Realmente, a necessidade de dar início à luta armada em Cabo Verde levou a direcção do PAIGC – movimento libertador das Ilhas e da Guiné – no fragor da

---

<sup>1</sup> Pedro Pires, Presidente da Republica, na Palestra alusiva ao 20 de Janeiro de 2007

luta a mobilizar um punhado de jovens de que faziam parte estudantes, camponeses e trabalhadores emigrantes, juntamente com outros militantes anteriormente mobilizados, e enviá-lo a Cuba, onde, em plena clandestinidade e nas montanhas dessa ilha, permanece cerca de dois anos, recebendo preparação militar que seria, posteriormente, continuada na União Soviética.

É a 15 de Janeiro de 1967, ainda em Cuba, finda a preparação e em vésperas de partir que, perante Amílcar Cabral, a quase totalidade dos membros do Grupo, individualmente, prestou um juramento solene: **“de fidelidade à luta pela independência de Cabo Verde, fosse em que circunstâncias fosse. Esses jovens, então, afirmaram-se, dispostos para o sacrifício supremo se necessário para se poder alcançar a liberdade da Pátria, mas também pelo seu desenvolvimento e engrandecimento”**. Hoje, é com orgulho que se constata que se cumpriu o Juramento. Por isso, em 1988, o Governo de Cabo Verde no primeiro gesto de reconhecimento da importância deste facto, escolheu e fixou o dia 15 de Janeiro como **“Dia das Forças de Cabo Verde”**<sup>2</sup>.

Com efeito, passados quarenta anos, as Forças Armadas de Cabo Verde, uma instituição a que a Constituição da Republica comete missões delicadas, importantes, específicas, espinhosas, mas nobres, são maduras, acumularam mais conhecimentos e experiências, têm um estilo e rituais próprios, mas sobretudo, têm sempre sabido ser uma instituição engajada e em sintonia com o seu tempo. Porém, a sua perenidade, exige que elas continuem disponíveis para os novos desafios com que o país hoje confronta. Não há dúvidas, e felizmente, as Forças Armadas, vêm respondendo positivamente à dinâmica dos fenómenos modernos: elas são Forças Armadas republicanas abertas e prontas a trabalhar para a sua modernização e, acima de tudo, prontas para cumprir e servir a nação.

Claro que o espaço de um artigo é muito limitado para se falar do percurso de uma organização com essa idade, mas é importante, também, abordar, ainda que seja sumariamente e para melhor se compreender a evolução da instituição castrense cabo-verdiana.

Por conseguinte, retomando, a trajectória iniciada nos anos sessenta, feita com perseverança e determinação, pode-se afirmar que, com certeza, se cumpriu, também, o destino. De facto, o Núcleo Fundador das Forças Armadas, após ter-se empenhado duramente em todos os sectores e frentes da luta pela independência, onde alguns dos seus integrantes tombaram no campo da honra, nas vésperas da independência nacional e nos anos que se seguiram assume activamente a organização das Forças Armadas nacionais, integrando, preparando e dirigindo os jovens voluntários que massivamente se prontificaram em defender o país e prosseguiram edificando as Forças Armadas cabo-verdianas. E não se limitaram à esfera militar, tendo-se registado uma vasta e qualitativa participação aos mais altos níveis de actividade do Estado de membros desse Núcleo.

Assim, depois da proclamação da **Independência Nacional**, a Lei de Organização Política do Estado atribui ao Ministério da Defesa e Segurança – criado pelo Decreto-Lei n.º 4/75 de 23 Julho – a responsabilidade pela defesa da independência, da soberania e integridade territorial, sendo nomeado

---

<sup>2</sup> O Decreto n.º 5/88 de 30 de Janeiro instituiu 15 de Janeiro como Dia Das F.A.

Ministro o Primeiro-Comandante Silvino da Luz<sup>3</sup> e o Primeiro-Comandante Agnelo Dantas<sup>4</sup> nomeado Comandante Geral das então Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). É o Decreto nº 26/75 de 20 de Setembro, que cria o Comando-Geral das FARP e Milícias e o Comissariado Político Nacional das FARP, tendo, este último, à frente o Comandante João José Lopes da Silva. É esta, pois, a liderança - apoiada por vários oficiais, ainda sem postos definidos e sem patentes - que no dia-a-dia vai erigindo o novo “edifício militar” cabo-verdiano, em paralelo com a construção do novo Estado. Em termos territoriais as Forças Armadas são estruturadas em três Regiões Militares, sob a responsabilidade dos Comandantes Amâncio Lopes<sup>5</sup> – na primeira; Eduardo Santos<sup>6</sup> – na segunda e Timóteo Tavares Borges<sup>7</sup> – na terceira.

Mais tarde, com a reorganização das forças armadas, o Comando-Geral é transformado em Estado-Maior, integrando os comandos da marinha e da aviação, que tiveram vida efémera, e por diversas Direcções.

Ao longo desses quarenta anos várias foram as gerações de cabo-verdianos que de uma forma ou de outra, viriam a dar o seu indispensável contributo para a formação das Forças Armadas, seguindo as pegadas do Núcleo fundador. Nesse intervalo de tempo, a instituição militar foi dirigida por dez ministros de defesa e dois secretários de estado e, por três vezes, os primeiros-ministros acumularam a função de ministro da defesa; ela foi comandada por seis chefes do estado-maior. A sua estrutura orgânica sofreu adaptações aos momentos e contextos históricos vividos no país, mas como reestruturação de fundo registam-se:

- na década de oitenta, a aprovação de legislação estruturante, designadamente a Lei Orgânica, o Estatuto do Oficial e do Sargento, as Normas de Promoção e o Regulamento de Disciplina Militar (RDM);
- na década de noventa, que começa com introdução de novas missões para as Forças Armadas no quadro da Nova Constituição, a aprovação de leis decisivas destacando-se a Lei das Forças Armadas, a lei que define o estatuto da condição militar, a lei que define a organização global e efectivo das FA, o Estatuto dos Militares, o Estatuto Remuneratório, o Código de Justiça Militar e a revisão de várias outras normas jurídicas, onde sobressai o RDM;
- no período actual, convencionalmente enquadrado na reforma das Forças Armadas, a elaboração de importantes estudos conceptuais: o Projecto da Reforma das Forças Armadas e o Projecto de Conceito Estratégico da Defesa Nacional; e a adopção de dispositivos conceptuais e legais: as Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional, a Lei que estabelece o Regime Geral das FA e outros documentos importantes para organização sistémica e integrada da defesa nacional.

---

<sup>3</sup> Membro do Núcleo Fundador das FA, foi mais tarde Ministro dos Negócios Estrangeiros e neste momento exerce o cargo de Embaixador na República de Angola

<sup>4</sup> Também membro do Núcleo Fundador das FA, encontra-se reformado

<sup>5</sup> Também membro do Núcleo Fundador das FA, encontra-se reformado

<sup>6</sup> Foi Combatente da Liberdade da Pátria (CLP). Faleceu e é hoje patrono da Guarda Costeira

<sup>7</sup> Também foi CLP, encontra-se na reforma

Se nos anos noventa assistiu-se à criação da Guarda Costeira, composta por Unidades Navais e Unidades Aéreas e à formação da primeira Companhia de Fuzileiros Navais depois de uma experiência que não vingou em finais dos anos setenta, este período que a instituição vive ressalta a sua reestruturação por formar a poder dar melhor resposta no que respeita, também, à segurança interna. É assim que surge a Guarda Nacional, que será integrada essencialmente por Unidades de Polícia Militar, de Fuzileiros Navais e de Artilharia e a Guarda Costeira, reorientada para os objectivos essenciais da sua constituição que são: a vigilância e fiscalização dos espaços marítimo e aéreo, bem como a sua preparação para acções de busca e salvamento, ao mesmo tempo que se forma a primeira unidade especial de reacção rápida para o enfrentamento das ameaças, sobretudo à segurança interna, de carácter mais violento.

Antes de abordar as realizações de vulto no seio das Forças Armadas, no transcurso de tempo decorrido, importa dizer que a perenidade da instituição deve muito ao seu papel que tem desempenhado e à sua utilidade na sociedade. Realmente, não obstante estar vocacionada e lhe seja cometida pela Constituição a "...defesa militar da republica contra qualquer ameaça ou agressão externa.", e ainda para missões com maior afinidade com a responsabilidade referida, aliás assumida em demais leis que enformam o corpo normativo da instituição, elas têm sabido dar uma contribuição de valor em várias outras frentes do desenvolvimento. O testemunho da sua presença começa nas campanhas de arborização e protecção do meio ambiente e vai até ao apoio às populações em tempos de crise.

No concernente a realizações, propriamente ditas, deve-se registar que o crescimento da instituição castrense cabo-verdiana foi acompanhado de um grande esforço no sector da formação de quadros. Desde do início as Forças Armadas preocuparam-se com a formação dos seus efectivos no domínio técnico-militar e no cultural, independentemente da sua condição de prestação de serviço, visto que a formação do homem é sempre um investimento no desenvolvimento. É gratificante encontrar pelo país fora, nos mais diversos ramos de actividade, profissionais de níveis e especialidades os mais díspares formados pelas Forças Armadas ou graças à sua acção e apoio. Eles são professores e músicos, médicos e enfermeiros, engenheiros e marinheiros, técnicos de construção civil, etc.

Difícilmente, o nível de desenvolvimento e o estágio de organização seria atingido se não tivéssemos contado durante esses 40 anos com a colaboração internacional. Com efeito, o crescimento das Forças Armadas, desde do primeiro instante teve na cooperação técnico-militar um elemento fundamental e o leque de apoiantes é extenso: países como a antiga União Soviética, os Estados Unidos da América, Portugal, a França, a Angola, a Alemanha, China, Cuba e Senegal têm sido excelentes parceiros nas várias etapas da vida das FA, tendo o Governo, através do Ministro da Defesa, na década de noventa do século passado, em sinal de reconhecimentos e agradecimento, agraciado algumas das suas representações aqui no país, com a Medalha Militar de Serviços Relevantes.

Mas a presença internacional das Forças Armadas não se tem limitado a cooperação, no plano operacional as tropas cabo-verdianas, nos últimos anos têm tido uma participação em vários exercícios internacionais, o que evidencia

o bom nível de preparação das nossas tropas foram no total de treze exercícios militares multinacionais, no quadro da CPLP – Exercícios da série FELINO, com duas modalidades FTX e CPX, da CEDEAO, da União Africana e da NATO. Deve-se salientar que o Exercício “FELINO 2005” foi organizado em Cabo Verde pelas nossas Forças Armadas e o Exercício da NRF “Steadfast Jaguar 2006” foi realizado também aqui no país, continuando, neste percurso, no próximo mês de Fevereiro, as Forças Armadas de Cabo Verde hospedarão na Praia a Conferência Intermédia de Planeamento do Exercício “Africa Endeavor 2007” – cuja fase final será em Julho, na África do Sul.

*\* Artigo publicado na Revista Militar, no seu número 2462, referente ao mês de Março de 2007*